

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 024/96

PROJETO N.º 020/96

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO "Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar
Convênio com o Estado de São Paulo, por intermê-
dio da Secretaria da Educação objetivando a im-
plantação e o desenvolvimento do Programa de /
Ação de Parceria Educacional Estado-Município "
para o atendimento ao Ensino Fundamental."

1314



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 16/96

Itapevi, em 25 de abril de 1996

Senhor Presidente

Pelo presente tenho a honra de encaminhar, através de Vossa Excelência, para apreciação dos Nobres Vereadores dessa Casa de leis, o anexo Projeto de Lei que autoriza o Executivo a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao Ensino Fundamental.

Através do Convênio, o Executivo Municipal assumirá a direção do Ensino Fundamental no Município que será administrado com em parceria com a Secretaria da Educação do Estado.

Os benefícios que do convênio advirão salta aos olhos, se verificarmos o verdadeiro estado de abandono que se encontra a educação no País. Sob a direção do Município, ao contrário, o Ensino Fundamental será melhor acompanhado e fiscalizado, uma vez que o universo de escolas se reduz àquelas situadas no território do Município, haverá um Plano Educacional de acordo com as características reclamadas pela população local, as novas escolas serão construídas onde o Executivo, juntamente com o Conselho Municipal de Educação entenderem mais conveniente, etc.

Ademais, a ação do Ensino Fundamental será executado em parceria com o Estado, que além do apoio técnico, pedagógico e administrativo, transferirá recursos para implantação e operacionalização da municipalização do ensino.

Por entender que a matéria é de grande interesse para o Município, solicito que sua apreciação se faça em regime de urgência, nos termos da Lei Orgânica do Município.

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
MD.Presidente da Câmara Municipal de
ITAPEVI - SP

RECEBEMOS

29 / 04 / 96
SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 020, DE ABRIL DE 1996

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao Ensino Fundamental.

A COMISSÃO DE nº 01
Sala das sessões 2º
nº 02
30/04/96
Presidente

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi.

APROVADO em 1ª Discussão
Sala das sessões 30/04 1996
Presidente

Faz saber que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

APROVADO em 2ª Discussão
Sala das sessões 30/04 1996
Presidente

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio, conforme minuta anexa, e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao Ensino Fundamental.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Convênio referido no artigo anterior.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Itapevi, em 25 de abril de 1996

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE ITAPEVI, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO DE PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO-MUNICÍPIO PARA O ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Secretaria da Educação, doravante denominada SECRETARIA e neste ato representada por sua Titular TERESA ROSERLEY NEUBAUER DA SILVA, RG 3.410.708, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos termos do Decreto nº 40.673 de 16 de fevereiro de 1996, e o MUNICÍPIO DE ITAPEVI, doravante denominado MUNICÍPIO, representado pelo Prefeito Municipal, JOÃO CARLOS CAMEZ, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº _____, de ____ de _____ de 1996, tem entre si justo e acertado celebrar o presente convênio com as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA Do Objeto

O presente convênio tem por objeto a ação compartilhada entre a SECRETARIA e o MUNICÍPIO visando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao ensino fundamental, tendo por finalidade a melhoria e expansão do Ensino Público Fundamental, propiciando a todas as crianças condições de real acesso à escola e que nela permaneçam e progridam, atendendo ao disposto nos artigos 211, 212 e 213 da Constituição Federal e no artigo 240 e nos §§ 1º e 2º do artigo 249 da Constituição Estadual.

CLÁUSULA SEGUNDA Das Obrigações da Secretaria

São obrigações da SECRETARIA:

I - quanto à gestão do Sistema:

a) prestar assistência técnica ao MUNICÍPIO para a gestão da rede escolar, estruturação do órgão municipal de educação e do Conselho Municipal de Educação, para elaboração do Plano Municipal de Educação, Plano Regional de Educação, Estatuto do Magistério Municipal, Plano de Carreiras, Regimento das Escolas e outros que se fizerem necessários.

II - quanto ao pessoal:

a) colocar à disposição do MUNICÍPIO, através de ato específico da autoridade competente e por prazo determinado, pessoal docente, técnico e administrativo para as ações que se façam necessárias à execução do Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Convênio.

b) co-responsabilizar-se pela capacitação do pessoal colocado à disposição do MUNICÍPIO pela SECRETARIA.

III - quanto aos recursos financeiros

a) prestar apoio financeiro ao MUNICÍPIO de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante deste Ajuste, observando-se as regras contidas no § 3º do artigo 116, da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1983, atualizada pela Lei Federal nº 8883, de 8 de junho de 1994.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

IV - quanto a transferência de bens imóveis e móveis

a) tomar providências junto à Procuradoria Geral do Estado-Procuradoria de patrimônio Imobiliário, para transferência de terrenos e/ou prédios escolares, de propriedade do Estado, ao MUNICÍPIO, visando obter a competente autorização legislativa;

b) tomar providências junto ao Governo do Estado para transferência de móveis e utensílios, equipamentos e materiais didáticos de propriedade do Estado ao MUNICÍPIO.

V - quanto ao acompanhamento e avaliação

a) acompanhar e avaliar a execução do convênio e do Plano de Trabalho, objetivando as adequações que porventura se façam necessárias para consecução dos objetivos propostos especialmente quanto à regular aplicação dos recursos financeiros transferidos ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA **Das Obrigações do Município**

São obrigações do município:

I - criar e instalar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da Lei nº 9.143, de 9 de março de 1995;

II - providenciar a elaboração do Plano Municipal de Educação e a aprovação do mesmo, junto aos órgãos competentes;

III - realizar estudos com entidades de classe representativas do magistério e com órgãos estaduais para elaboração do Estatuto do Magistério Municipal e do Plano de Carreira do Magistério Municipal.

IV - respeitar as medidas decorrentes da reorganização da rede pública estadual no ano letivo de 1996.

V - planejar a rede física, identificando a situação da capacidade atual, a demanda futura e a previsão de expansão.

VI - assumir a construção, a ampliação e reforma dos prédios das escolas que mantêm ensino fundamental de 1º a 4º séries e/ou 5º a 8º séries, com recursos próprios e/ou em parceria com o Estado, de conformidade com o estabelecido no Plano de Trabalho.

VII - responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos prédios escolares.

VIII - responsabilizar-se pelas despesas de utilidade (água, luz, telefone), bem como pelo pagamento de taxas.

IX - responsabilizar-se pelas despesas de assistência técnica, de manutenção e de reposição de mobiliário, de equipamentos e de material didático-pedagógico.

X - encaminhar à SECRETARIA-Delegacia de Ensino, atestados de frequência dos funcionários colocados à disposição do Município, visando assegurar o processamento dos direitos e vantagens dos mesmos.

XI - repor o pessoal nos casos de vacância e quando da necessidade de ampliação do quadro por expansão da rede escolar.

XII - realizar concurso público para ingresso em quadros próprios do Município de profissionais do magistério, pessoal técnico e administrativo, nos casos de expansão da rede escolar e/ou reposição de pessoal.

XIII - comprometer-se a não pagar a menor do que o Estado para os profissionais do magistério do município, garantindo o princípio da equidade para todos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

XIV - garantir a continuidade da Associação de Pais e Mestres ou entidade similar, assegurando a presença das instituições auxiliares da escola.

XV - fornecer merenda e transporte escolar ao educando das 1º a 4º séries e/ou 5º a 8º séries do ensino fundamental com recursos próprios ou em parceria com o Estado.

XVI - facilitar à SECRETARIA o acesso às informações necessárias ao acompanhamento do desenvolvimento do Plano de Trabalho e da execução deste Convênio.

XVII - prestar contas à SECRETARIA, mensalmente, sobre a aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo Estado, observado o disposto na Cláusula Sexta.

CLÁUSULA QUARTA

Do valor

O valor do presente Convênio é estimado em R\$ _____, cabendo à SECRETARIA o aporte de recursos da ordem de R\$ _____ e ao MUNICÍPIO a contrapartida de R\$ _____.

CLÁUSULA QUINTA

Dos Recursos Orçamentários

I - A SECRETARIA, no exercício de _____, aplicar recursos financeiros no valor de R\$ _____, que onerarão a Classificação Econômica _____, Classificação Funcional Programática _____. Unidade de Despesa _____;

II - para os próximos exercícios, durante a vigência deste Convênio a SECRETARIA arcará, em seu orçamento, com os recursos financeiros necessários à execução deste Ajuste.

§ 1º - Os valores da SECRETARIA e do MUNICÍPIO poderão ser suplementados através de Termos Aditivos, de conformidade com a necessidade e a disponibilidade financeira dos partícipes, respeitada a legislação pertinente.

§ 2º - Os saldos de convênio enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 3º - As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do Ajuste.

§ 4º - É obrigatória a restituição pelo MUNICÍPIO à SECRETARIA de eventual saldo de recursos liberados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da conclusão ou extinção do presente Convênio.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEXTA **Da Transferência de Recursos Financeiros**

A SECRETARIA efetuará repasses dos recursos financeiros ao MUNICÍPIO, de conformidade com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, observado o § 3º do artigo 116 da lei Federal nº 8666, de 21 de julho de 1993, atualizada pela lei Federal nº 8883, de 08 de junho de 1994.

Parágrafo único - A movimentação dos recursos financeiros será feita exclusivamente através de conta de crédito especial aberta pelo MUNICÍPIO, junto ao Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA ou Nossa Caixa - Nosso banco S/A.

CLÁUSULA SÉTIMA **Da prestação de Contas**

A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser feita nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Nos casos de aplicação indevida de verba consignada pela SECRETARIA, será exigida sua devolução, acrescida de remuneração correspondente ao rendimento da caderneta de poupança verificado entre a data do repasse e o dia da efetiva devolução.

CLÁUSULA OITAVA **Das Alterações**

Este convênio poderá ser alterado pelos signatários, por meio de termos de aditamento para adequações financeiras e/ou eventuais ajustes de execução do Plano de Trabalho, desde que não ocasionem modificações do objeto do acordo e seja necessárias à continuidade de sua implementação.

CLÁUSULA NONA **Da Vigência**

Este Convênio terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA **Da Denúncia e Rescisão**

O Convênio poderá ser desfeito, durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos partícipes, ou denúncia de qualquer destes, por desinteresse, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

O Convênio poderá ser rescindido por infração legal ou convencional.

Os partícipes, por meio de seus representantes, são autoridades competentes para denunciar ou rescindir este Convênio.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos previstos nesta Cláusula será garantida a continuidade dos estudos dos alunos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA **Do Foro**

Os casos omissos e dúvidas que surgirem na execução deste Convênio serão resolvidos pelos partícipes, de comum acordo, fiando eleito o Foro da Capital do Estado para dirimir questões na esfera judiciária.

E por estarem concordes, assinam o presente Convênio em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, ____ de ____ de 19__

TERESA ROSERLEY NEUBAUER DA SILVA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

JOÃO CARLOS CAMEZ
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

Testemunhas:

1 _____
RG

2 _____
RG



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI Nº 020/96.

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada há que se
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é louvável, eis
que visa autorizar o Executivo a celebrar convênio com o Governo do Estado,
através da Secretaria de Educação, objetivando a implantação e o
desenvolvimento do Programa de Ação de parceria educacional Estado-
Município, para o atendimento do ensino primário.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer
favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação
do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 29
de abril de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASÍLIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI
Nº 020/96.

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada há que se
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é louvável, eis
que visa autorizar o Executivo a celebrar convênio com o Governo do Estado,
através da Secretaria de Educação, objetivando a implantação e o
desenvolvimento do Programa de Ação de parceria educacional Estado-
Município, para o atendimento do ensino primário.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer
favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação
do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 29
de abril de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAL FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

AUTÓGRAFO Nº 20, de 02 de abril de 1996

Projeto de Lei nº 20/96, do Executivo

Acâmara Municipal de Itapevi, usando das atribuições que lhe são conferidas aprova a seguinte Lei:

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao Ensino Fundamental.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio, conforme minuta anexa, e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao Ensino Fundamental.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Convênio referido no artigo anterior.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Itapevi, em 02 de maio de 1996.

JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente

SÉRGIO MONTANHEIRO
1º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE ITAPEVI, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO DE PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO-MUNICÍPIO PARA O ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Secretaria da Educação, doravante denominada SECRETARIA e neste ato representada por sua Titular TERESA ROSERLEY NEUBAUER DA SILVA, RG 3.410.708, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos termos do Decreto nº 40.673 de 16 de fevereiro de 1996, e o MUNICÍPIO DE ITAPEVI, doravante denominado MUNICÍPIO, representado pelo Prefeito Municipal, JOÃO CARLOS CAMEZ, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº _____, de ____ de _____ de 1996, tem entre si justo e acertado celebrar o presente convênio com as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

O presente convênio tem por objeto a ação compartilhada entre a SECRETARIA e o MUNICÍPIO visando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao ensino fundamental, tendo por finalidade a melhoria e expansão do Ensino Público Fundamental, propiciando a todas as crianças condições de real acesso à escola e que nela permaneçam e progridam, atendendo ao disposto nos artigos 211, 212 e 213 da Constituição Federal e no artigo 240 e nos §§ 1º e 2º do artigo 249 da Constituição Estadual.

CLÁUSULA SEGUNDA

Das Obrigações da Secretaria

São obrigações da SECRETARIA:

I - quanto à gestão do Sistema:

a) prestar assistência técnica ao MUNICÍPIO para a gestão da rede escolar, estruturação do órgão municipal de educação e do Conselho Municipal de Educação, para elaboração do Plano Municipal de Educação, Plano Regional de Educação, Estatuto do Magistério Municipal, Plano de Carreiras, Regimento das Escolas e outros que se fizerem necessários.

II - quanto ao pessoal:

a) colocar à disposição do MUNICÍPIO, através de ato específico da autoridade competente e por prazo determinado, pessoal docente, técnico e administrativo para as ações que se façam necessárias à execução do Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Convênio.

b) co-responsabilizar-se pela capacitação do pessoal colocado à disposição do MUNICÍPIO pela SECRETARIA.

III - quanto aos recursos financeiros



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

a) prestar apoio financeiro ao MUNICÍPIO de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante deste Ajuste, observando-se as regras contidas no § 3º do artigo 116, da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1983, atualizada pela Lei Federal nº 8883, de 8 de junho de 1994.

IV - quanto a transferência de bens imóveis e móveis

a) tomar providências junto à Procuradoria Geral do Estado-Procuradoria de patrimônio Imobiliário, para transferência de terrenos e/ou prédios escolares, de propriedade do Estado, ao MUNICÍPIO, visando obter a competente autorização legislativa;

b) tomar providências junto ao Governo do Estado para transferência de móveis e utensílios, equipamentos e materiais didáticos de propriedade do Estado ao MUNICÍPIO.

V - quanto ao acompanhamento e avaliação

a) acompanhar e avaliar a execução do convênio e do Plano de Trabalho, objetivando as adequações que porventura se façam necessárias para consecução dos objetivos propostos especialmente quanto à regular aplicação dos recursos financeiros transferidos ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA **Das Obrigações do Município**

São obrigações do município:

I - criar e instalar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da Lei nº 9.143, de 9 de março de 1995;

II - providenciar a elaboração do Plano Municipal de Educação e a aprovação do mesmo, junto aos órgãos competentes;

III - realizar estudos com entidades de classe representativas do magistério e com órgãos estaduais para elaboração do Estatuto do Magistério Municipal e do Plano de Carreira do Magistério Municipal.

IV - respeitar as medidas decorrentes da reorganização da rede pública estadual no ano letivo de 1996.

V - planejar a rede física, identificando a situação da capacidade atual, a demanda futura e a previsão de expansão.

VI - assumir a construção, a ampliação e reforma dos prédios das escolas que mantêm ensino fundamental de 1º a 4º séries e/ou 5º a 8º séries, com recursos próprios e/ou em parceria com o Estado, de conformidade com o estabelecido no Plano de Trabalho.

VII - responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos prédios escolares.

VIII - responsabilizar-se pelas despesas de utilidade (água, luz, telefone), bem como pelo pagamento de taxas.

IX - responsabilizar-se pelas despesas de assistência técnica, de manutenção e de reposição de mobiliário, de equipamentos e de material didático-pedagógico.

X - encaminhar à SECRETARIA-Delegacia de Ensino, atestados de freqüência dos funcionários colocados à disposição do Município, visando assegurar o processamento dos direitos e vantagens dos mesmos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASÍLIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

XI - repor o pessoal nos casos de vacância e quando da necessidade de ampliação do quadro por expansão da rede escolar.

XII - realizar concurso público para ingresso em quadros próprios do Município de profissionais do magistério, pessoal técnico e administrativo, nos casos de expansão da rede escolar e/ou reposição de pessoal.

XIII - comprometer-se a não pagar a menor do que o Estado para os profissionais do magistério do município, garantindo o princípio da equidade para todos.

XIV - garantir a continuidade da Associação de Pais e Mestres ou entidade similar, assegurando a presença das instituições auxiliares da escola.

XV - fornecer merenda e transporte escolar ao educando das 1ª a 4ª séries e/ou 5ª a 8ª séries do ensino fundamental com recursos próprios ou em parceria com o Estado.

XVI - facilitar à SECRETARIA o acesso às informações necessárias ao acompanhamento do desenvolvimento do Plano de Trabalho e da execução deste Convênio.

XVII - prestar contas à SECRETARIA, mensalmente, sobre a aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo Estado, observado o disposto na Cláusula Sexta.

CLÁUSULA QUARTA

Do valor

O valor do presente Convênio é estimado em R\$ _____, cabendo à SECRETARIA o aporte de recursos da ordem de R\$ _____ e ao MUNICÍPIO a contrapartida de R\$ _____.

CLÁUSULA QUINTA

Dos Recursos Orçamentários

I - A SECRETARIA, no exercício de _____, aplicar recursos financeiros no valor de R\$ _____, que onerarão a Classificação Econômica _____, Classificação Funcional Programática _____. Unidade de Despesa _____;

II - para os próximos exercícios, durante a vigência deste Convênio a SECRETARIA arcará, em seu orçamento, com os recursos financeiros necessários à execução deste Ajuste.

§ 1º - Os valores da SECRETARIA e do MUNICÍPIO poderão ser suplementados através de Termos Aditivos, de conformidade com a necessidade e a disponibilidade financeira dos partícipes, respeitada a legislação pertinente.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

§ 2º - Os saldos de convênio enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 3º - As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do Ajuste.

§ 4º - É obrigatória a restituição pelo MUNICÍPIO à SECRETARIA de eventual saldo de recursos liberados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da conclusão ou extinção do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA

Da Transferência de Recursos Financeiros

A SECRETARIA efetuará repasses dos recursos financeiros ao MUNICÍPIO, de conformidade com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, observado o § 3º do artigo 116 da lei Federal nº 8666, de 21 de julho de 1993, atualizada pela lei Federal nº 8883, de 08 de junho de 1994.

Parágrafo único - A movimentação dos recursos financeiros será feita exclusivamente através de conta de crédito especial aberta pelo MUNICÍPIO, junto ao Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA ou Nossa Caixa - Nosso banco S/A.

CLÁUSULA SÉTIMA

Da prestação de Contas

A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser feita nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Nos casos de aplicação indevida de verba consignada pela SECRETARIA, será exigida sua devolução, acrescida de remuneração correspondente ao rendimento da caderneta de poupança verificado entre a data do repasse e o dia da efetiva devolução.

CLÁUSULA OITAVA

Das Alterações

Este convênio poderá ser alterado pelos signatários, por meio de termos de aditamento para adequações financeiras e/ou eventuais ajustes de execução do Plano de Trabalho, desde que não ocasionem modificações do objeto do acordo e seja necessárias à continuidade de sua implementação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

CLÁUSULA NONA Da Vigência

Este Convênio terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA Da Denúncia e Rescisão

O Convênio poderá ser desfeito, durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos partícipes, ou denúncia de qualquer destes, por desinteresse, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

O Convênio poderá ser rescindido por infração legal ou convencional.

Os partícipes, por meio de seus representantes, são autoridades competentes para denunciar ou rescindir este Convênio.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos previstos nesta Cláusula será garantida a continuidade dos estudos dos alunos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA Do Foro

Os casos omissos e dúvidas que surgirem na execução deste Convênio serão resolvidos pelos partícipes, de comum acordo, fiando eleito o Foro da Capital do Estado para dirimir questões na esfera judiciária.

E por estarem concordes, assinam o presente Convênio em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, ____ de _____ de 19__

**TERESA ROSERLEY NEUBAUER DA SILVA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

**JOÃO CARLOS CAMEZ
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

Testemunhas:

1 _____
RG

2 _____
RG

LEI N° 1.314, de 02 de maio de 1996

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao Ensino Fundamental.

JOAO CARLOS CARAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi.

Faz saber que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio, conforme minuta anexa, a Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao Ensino Fundamental.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias a execução do Convênio referido no artigo anterior.